

DIVULGAÇÃO/GOVERNO DE SP



O período entre junho e outubro é considerado a fase vermelha

Interior de São Paulo entra em alerta para incêndios neste feriadão

A Defesa Civil do Estado de São Paulo emitiu alerta para risco de incêndios entre esta quinta-feira (9) e sábado (11) devido à atuação de uma massa de ar seco e à baixa umidade relativa do ar. O pico do alerta está previsto para sábado, quando as regiões de Barretos, Ribeirão Preto e Franca entram em estado de emergência, o nível mais alto de criticidade. A faixa que vai de Andradina, Presidente Prudente, Bauru até Campinas permanece em alerta vermelho. Segundo a Defesa Civil, a combinação de calor, baixa umidade, ventos e ausência de chuva favorece a rápida propagação do fogo. A previsão é de que a chegada de uma frente fria entre sábado e domingo reduza as temperaturas e diminua o risco de queimadas no estado. A orientação é evitar qualquer uso do fogo em áreas de vegetação durante o período.

Vereadora do PSD de Marília perde mandato

A Justiça Eleitoral alterou a composição da Câmara de Marília após uma nova totalização dos votos das eleições de 2024. A decisão ocorreu depois que o TRE-SP manteve a anulação dos votos do partido Mobiliza por fraude à cota de gênero. Com a recontagem, a vereadora Delegada Rossana Camacho (PSD) perdeu o mandato, que passa a ser ocupado por José Carlos Albuquerque (Podemos). A mudança afeta apenas uma das 17 cadeiras do Legislativo. A Câmara aguarda notificação oficial da Justiça.

REPRODUÇÃO/REDES SOCIAIS



Recontagem dos votos alterou uma das 17 cadeiras

Comissão vai fiscalizar a Festa do Peão de 2026

A Câmara de Araras aprovou a criação de uma Comissão de Assuntos Relevantes para fiscalizar a Festa do Peão 2026, marcada para os dias 13 a 16 de agosto. A comissão será formada por três vereadores e terá poderes para realizar vistorias, solicitar documentos e esclarecimentos, acessar livremente o recinto e promover reuniões e auditorias com os organizadores do evento. O grupo atuará por 90 dias, com possibilidade de prorrogação. A medida foi aprovada durante sessão realizada na segunda-feira (6).

9 mil idosos em situação de vulnerabilidade

Levantamento da Secretaria de Desenvolvimento Social aponta que cerca de 9 mil idosos vivem em situação de vulnerabilidade social em Araraquara. Os dados, extraídos do Cadastro Único (CadÚnico), foram enviados à Câmara em resposta a um requerimento do vereador João Clemente (Progressistas). Vila Xavier, Parque Residencial São Paulo e Centro concentram o maior número de idosos cadastrados.

Caso suspeito de sarampo

Bragança Paulista reuniu pais e responsáveis por alunos da Escola Municipal Augusto Vasconcelos após a identificação de um caso suspeito de sarampo. O encontro reforçou a importância da vacinação, a identificação dos sintomas e a conferência das carteiras de imunização. O resultado do exame da criança deve sair em até 15 dias.

Golpe em Sorocaba

Sorocaba alertou para um golpe que utiliza o nome e o brasão do programa Jovem Aprendiz em mensagens enviadas pelo WhatsApp. Segundo a administração municipal, as inscrições para o processo seletivo já foram encerradas e os candidatos passam por análise. A orientação é desconsiderar mensagens enviadas por canais não oficiais.

Venda de 54 áreas públicas

Os vereadores de São José do Rio Preto aprovaram a venda de 54 áreas públicas do município. A Prefeitura estima arrecadar até R\$ 165 milhões, sendo 80% destinados à Riopretoprev e 20% ao Fundo Municipal de Desenvolvimento Sustentável. Os parlamentares também aprovaram regras para aplicação de multas por queimadas.

Braille em terminais

Marília aprovou requerimento do vereador Elio Ajeka que solicita estudos para a instalação de placas de identificação em Braille no terminal rodoviário urbano. A proposta prevê sinalização em plataformas de embarque, banheiros e saídas de emergência para ampliar a autonomia, a segurança e a acessibilidade de passageiros.

Fiscalização Luminar Saúde

Araras aprovou a prorrogação, por mais 90 dias, dos trabalhos da comissão que fiscaliza o convênio entre a Prefeitura e a operadora Luminar Saúde. Segundo os vereadores, a medida permitirá acompanhar as negociações para regularizar a rede credenciada após o descredenciamento de médicos e consultórios, além de elaborar o relatório final.

Isenção de taxa

A Comissão de Finanças da Câmara de Bragança Paulista aprovou parecer favorável ao projeto que concede isenção da taxa de funcionamento para entidades religiosas e associações desportivas amadoras. A proposta, de autoria do Executivo, cria o Programa de Incentivo ao Impacto Social e Comunitário e segue em tramitação no Legislativo.

DIVULGAÇÃO



Jovem morreu após queda de cerca de 30 metros na Ponte do Esqueleto, em Limeira

MPSP denuncia quatro por morte de jovem em salto de rope jump

Promotoria aponta falhas de segurança e fraude processual

Por **Raphaela Cordeiro**

O Ministério Público de São Paulo (MPSP) denunciou quatro pessoas pela morte de Maria Eduarda Rodrigues de Freitas, de 21 anos, durante um salto de rope jump realizado em 13 de junho, na Ponte do Esqueleto, em Limeira. Três homens foram denunciados por homicídio com dolo eventual, quando se assume o risco de matar, qualificado por motivo torpe e recurso que impossibilitou a defesa da vítima. A organizadora do evento responderá pelo mesmo crime por omissão imprópria, além de fraude processual.

Foram denunciados Luis Felipe Feliciano Egoroff, Maicon Fernandes Cintra, Vitor de Freitas Gonçalves e Evelynne dos Santos Gonçalves, organizadora do evento.

Segundo a denúncia, Maria Eduarda participava de um evento pago quando foi lançada da ponte sem que a corda de segurança estivesse conectada ao peitoral. A jovem caiu de aproximadamente 30 metros de altura e morreu em decorrência de politraumatismo.

O Ministério Público afirma que os responsáveis conheciam os riscos da atividade, mas deixaram de adotar

medidas básicas de segurança, como a conferência da conexão da corda e a dupla checagem dos equipamentos. A denúncia sustenta ainda que o grupo atuava sem definição clara de funções, explorava comercialmente a atividade sem atender às exigências legais e priorizava interesses econômicos e a divulgação dos saltos nas redes sociais em detrimento da segurança dos participantes.

Em relação à organizadora, o MPSP aponta que ela tinha o dever de garantir padrões mínimos de segurança e interromper a atividade diante de falhas operacionais, mas não o fez. Ela também foi denunciada por fraude processual por, supostamente, determinar a exclusão das imagens da câmera GoPro utilizada pela vítima, dificultando a investigação. O equipamento permanece desaparecido.

A Promotoria também destacou que a atividade era realizada sem cumprir exigências legais e contratação de seguro de responsabilidade civil. O MPSP pediu a manutenção da prisão preventiva dos três homens, a conversão da prisão da organizadora em preventiva e indenização mínima de R\$ 200 mil à família da vítima.